

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO ESPECIAL Nº 1.784.386 - SC (2018/0322894-9)

RECORRENTE : INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO CIENCIA E  
TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA.  
RECORRENTE : SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS  
DA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL  
ADVOGADOS : MARCIO LOCKS FILHO - SC011208  
RAFAEL DOS SANTOS E OUTRO(S) - SC021951  
RECORRIDO : OS MESMOS

### DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO CIENCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - IFSC - com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, e de recurso especial interposto pelo SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL - SINASEFE com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal.

Na origem, o Sindicato Nacional dos Servidores Federais na Educação Básica e Profissional - SINASEFE - Seção Sindical IFSC ajuizou ação civil pública, com valor da causa atribuído em R\$ 100.000,00 (cem mil reais), em agosto de 2015, tendo como objetivo o reconhecimento do direito dos seus substituídos de terem como marco inicial dos efeitos funcionais e financeiros decorrentes da promoção à classe de titular a data do preenchimento dos requisitos legais ou, sucessivamente, a data do requerimento administrativo formalizado, ao invés da data da publicação da respectiva Portaria que concede a promoção, como vem sendo adotado pela Administração.

Após sentença que julgou procedente a demanda, foram interpostas apelações por ambas as partes. A apelação da SINASEFE foi negada e a apelação da IFSC foi parcialmente provida pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, ficando consignado que os sindicatos têm legitimidade processual para atuar na defesa de todos e quaisquer direitos subjetivos individuais e coletivos dos integrantes da categoria por ele representada, e, ainda, que, por critério de simetria, não cabe a condenação da parte vencida em ação civil pública ao pagamento de honorários advocatícios.

O referido acórdão foi assim ementado, *in verbis*:

ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LEGITIMIDADE ATIVA DO SINDICATO. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. VIA ELEITA. LIMITAÇÃO TERRITORIAL DA SENTENÇA. LEGITIMIDADE

# *Superior Tribunal de Justiça*

PASSIVA. PRESCRIÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO CIVIL. PROGRESSÃO FUNCIONAL. PROMOÇÃO. EFEITOS FINANCEIROS. RETROAÇÃO. TERMO INICIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NÃO CABIMENTO.

1. Os sindicatos têm legitimidade processual para atuar na defesa de todos e quaisquer direitos subjetivos individuais e coletivos dos integrantes da categoria por ele representada. Essa legitimidade extraordinária é ampla, abrangendo a liquidação e a execução dos créditos reconhecidos aos trabalhadores, independente da comprovação de filiação ao sindicato na fase de conhecimento.

2. O ajuizamento de ação civil pública em defesa de direitos individuais homogêneos é adequado, tendo o sindicato legitimidade para propor a referida ação em defesa de interesses individuais homogêneos da categoria que representa.

3. Quando a controvérsia constitucional não figure como pedido, mas, sim, como causa de pedir, fundamento ou simples questão prejudicial, indispensável à resolução do litígio principal em torno da tutela do interesse público, é possível, em sede de ação coletiva, dentre as quais, a ação civil pública, a declaração de inconstitucionalidade, incidenter tantum, de lei ou ato normativo federal ou local.

4. Devem ser estendidos os efeitos da sentença a todos que se encontrarem na situação prevista desde que abarcados pela representatividade do Sindicato autor.

5. O IFSC possui personalidade jurídica própria e autonomia financeira, sendo responsável pela folha de pagamento de seus servidores. Assim, considerando que os substituídos vinculam-se ao instituto réu, está caracterizado o seu interesse na demanda, razão pela qual resta configurada sua legitimidade passiva ad causam.

6. Em se tratando de remuneração do servidor público, que se caracteriza como obrigação de trato sucessivo, o lapso prescricional atinge somente as parcelas anteriores ao lustro antecedente à propositura da ação, a teor da Súmula n. 85 do Superior Tribunal de Justiça.

7. O direito nasce na data em que implementados os requisitos para a progressão e promoção, ainda que o requerimento administrativo seja posterior. Nessa perspectiva, a progressão e a promoção funcionais, bem como os respectivos efeitos financeiros, devem retroagir à data em que implementados os pressupostos para tanto.

8. Por critério de simetria, não cabe a condenação da parte vencida em ação civil pública ao pagamento de honorários advocatícios.

9. Reconhece-se que é devida a incidência de juros e correção monetária sobre o débito, nos termos da legislação vigente no período a que se refere, postergando-se a especificação dos índices e taxas aplicáveis para a fase de execução.

Os embargos de declaração opostos foram acolhidos apenas para fins de prequestionamento.

Contra a decisão cuja ementa se encontra acima transcrita, o SINASEFE interpôs o presente recurso especial, apontando violação dos arts. 85 e 1.022 do CPC/15; e 18 e 19 da Lei nº 7.347/85.

Sustenta, em síntese, que a regra do art. 18 da Lei nº 7.347/85 é

# *Superior Tribunal de Justiça*

direcionada apenas às hipóteses de sucumbência do autor da ação civil pública, enquanto aos réus aplica-se o disposto no art. 20, § 4º do CPC, tendo em vista a previsão contida no art. 19 da Lei nº 7.347/85.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - IFSC - interpôs recurso especial, em que aponta violação aos arts. 1º e 5º da Lei nº 7.347/85; 5º, parágrafo único, da Lei nº 11.344/06; e 12, § 2º, da Lei nº 12.772/12.

Defende que o entendimento constante do acórdão acerca do cabimento da ação civil pública para o reconhecimento do direito à retroação dos efeitos financeiros das progressões na carreira dos docentes do IFSC, não encontra respaldo na legislação de regência.

Argumenta, para tanto, que a demanda não trata de direitos individuais homogêneos, mas de direitos patrimoniais disponíveis relativos aos efeitos financeiros da progressão funcional.

Sustenta que não há possibilidade de retroação dos efeitos financeiros para período anterior à progressão/promoção.

Afirma que:

Não há substrato legal para autorizar a condenação aos efeitos financeiros anteriores à avaliação, homologação pela Comissão Permanente de Pessoal Docente, e publicação da respectiva Portaria posto que requisitos legais expressos à progressão.

(...)

Como se percebe, para a progressão funcional não basta o mero decurso do interstício mínimo de atividade ou produção acadêmica, sendo necessário, cumulativamente, a aprovação em avaliação de desempenho, a qual ocorre, por óbvio, em momento posterior ao decurso do aludido prazo, denotando, pois, a improcedência do entendimento quanto à retroação dos efeitos financeiros à data em que perfectibilizado, unicamente, o requisito temporal. (fls. 525-527)

Parecer do MPF pelo não conhecimento de ambos os recursos.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18

de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

## RECURSO DO SINASEFE

A jurisprudência desta Corte Superior é firme no sentido de que, em razão da simetria, descabe a condenação em honorários advocatícios da parte requerida em ação civil pública, quando inexistente má-fé, de igual sorte como ocorre com a parte autora, por força da aplicação do art. 18 da Lei n. 7.347/1985.

Confira-se:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM FAVOR DA UNIÃO E DO MP. DISSENSO NÃO DEMONSTRADO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA INDEFERIDOS LIMINARMENTE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 168/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. "Em razão da simetria, descabe a condenação em honorários advocatícios da parte requerida em ação civil pública, quando inexistente má-fé, de igual sorte como ocorre com a parte autora, por força da aplicação do art. 18 da Lei n. 7.347/1985" (EAREsp 962.250/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/08/2018, DJe 21/08/2018).

2. Súmula n.º 168/STJ: "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado".

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt nos EREsp 1544693/CE, Rel. Ministra LAURITA VAZ, CORTE ESPECIAL, julgado em 13/08/2019, DJe 22/08/2019)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PROCEDÊNCIA. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA CONTRA O RÉU. DESCABIMENTO. NATUREZA DO VÍNCULO DOS PATRONOS. IRRELEVÂNCIA.

1. Em ação civil pública, qualquer que seja o legitimado ativo e independentemente da natureza do vínculo entre advogado e autor, é descabida a condenação do réu em honorários de sucumbência, pelo princípio da simetria.

2. A previsão textual da lei (art. 18 da Lei 7.347/1985) vale para advogados de vínculo de natureza privada, sendo estendida aos demais legitimados (Ministério Público e entes públicos) por interpretação jurisprudencial. A simetria que se aplica não é estabelecida entre os patronos, mas entre os autores e os réus.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 506.723/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/05/2019, DJe 16/05/2019)

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA POR ASSOCIAÇÃO. CONDENAÇÃO DO RÉU EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIO

# Superior Tribunal de Justiça

DA SIMETRIA. ART. 18 DA LEI Nº 7.347/1985. ENTIDADE ASSOCIATIVA.

1. A Corte Especial do STJ, no julgamento do EAREsp 962.250/SP, de relatoria do Ministro Og Fernandes (DJe 21/8/18), firmou compreensão no sentido de que, em razão da simetria, descabe a condenação em honorários advocatícios da parte requerida em ação civil pública, quando inexistente má-fé, de igual sorte, como ocorre com a parte autora, por força da aplicação do art. 18 da Lei nº 7.347/1985. Na oportunidade de julgamento, esclareceu o Ministro Relator que a divergência abarcaria o dissídio acerca da "possibilidade de condenação da parte requerida vencida em ação civil pública, quando seu autor for pessoa jurídica de direito público - neste caso, a União - ou entidade associativa, que não o Ministério Público".

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no AgInt nos EDcl no AREsp 317.587/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 26/03/2019, DJe 01/04/2019)

Desta forma, aplica-se, à espécie, o enunciado da Súmula 83/STJ: *"Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida."* Ressalte-se que o teor do referido enunciado aplica-se, inclusive, aos recursos especiais interpostos com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional.

## RECURSO ESPECIAL DO IFSC

A jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que a legitimidade concedida aos sindicatos se estende tanto para a defesa de interesses coletivos quanto para a proteção de direitos individuais homogêneos, ainda que tais anseios não se configurem em relação de consumo.

Confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. SINDICATO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LEGITIMIDADE. ACÓRDÃO EM CONFRONTO COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE.

I - Em relação à alegação de legitimidade por parte do sindicato, verifica-se que não assiste razão à União. A jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que a legitimidade concedida aos sindicatos se estende tanto para a defesa de interesses coletivos quanto para a proteção de direitos individuais homogêneos, ainda que tais anseios não se configurem em relação de consumo. Neste sentido: AgRg no REsp 1021871/ DF, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, QUINTA TURMA, julgado em 30/06/2015, DJe 08/09/2015; AgInt no REsp 1689334/ RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/03/2018, DJe 20/03/2018; REsp 1681890/ RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/12/2017, DJe 19/12/2017.

II - Agravo interno improvido.

# Superior Tribunal de Justiça

(AgInt no REsp 1533580/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/09/2018, DJe 26/09/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. SINDICATO. DEFESA DE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS DE SERVIDORES PÚBLICOS. LEGITIMIDADE ATIVA. ISENÇÃO DE CUSTAS. ART. 18 DA LEI 7.347/85. APLICABILIDADE.

1. A Corte Especial do STJ pacificou-se no sentido de ser "cabível o ajuizamento de ação civil pública em defesa de direitos individuais homogêneos não relacionados a consumidores, devendo ser reconhecida a legitimidade do Sindicato recorrente para propor a presente ação em defesa de interesses individuais homogêneos da categoria que representa. Com o processamento da presente demanda na forma de ação civil pública, plenamente incidente o art. 18 da lei n. 7.347/85, com a isenção de custas" (EResp 1.322.166/PR, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 23/3/2015).

2. Recurso Especial não provido.

(REsp 1579536/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/12/2016, DJe 19/12/2016)

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DEFESA DE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS DE SERVIDORES PÚBLICOS. CABIMENTO. LEGITIMIDADE DO SINDICATO. ISENÇÃO DE CUSTAS. APLICAÇÃO DO ART. 18 DA LEI N. 7.347/85.

1. É cabível o ajuizamento de ação civil pública em defesa de direitos individuais homogêneos não relacionados a consumidores, devendo ser reconhecida a legitimidade do Sindicato recorrente para propor a presente ação em defesa de interesses individuais homogêneos da categoria que representa. Com o processamento da presente demanda na forma de ação civil pública, plenamente incidente o art. 18 da lei n. 7.347/85, com a isenção de custas.

2. Embargos de divergência não providos.

(EResp 1322166/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, CORTE ESPECIAL, julgado em 04/03/2015, DJe 23/03/2015)

Desta forma, aplica-se, à espécie, o enunciado da Súmula 83/STJ: *"Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida."* Ressalte-se que o teor do referido enunciado aplica-se, inclusive, aos recursos especiais interpostos com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional.

No mais, não merece melhor sorte o recorrente.

Quanto à apontada violação aos artigos 5º, parágrafo único, da Lei nº 11.344/06 e 12, § 2º, da Lei nº 12.772/12, o recorrente não logrou demonstrar de que forma o acórdão recorrido os teria violado, é forçosa a incidência da Súmula nº 284/STF, dada a deficiência na fundamentação recursal.

O recorrente defende que os efeitos financeiros devem se limitar

# *Superior Tribunal de Justiça*

ao momento posterior à realização da avaliação de desempenho, logo, no mesmo sentido do decidido nas instâncias ordinárias, haja vista a sentença ordinária, confirmada pelo acórdão vergastado, ter apenas consignado que os efeitos financeiros devem ser considerados a partir da data em que implementados todos os requisitos para a progressão e promoção almejadas, aí considerada, inclusive, a realização da referida avaliação de desempenho.

Confira-se:

De outro lado, uma vez editada pelo Ministério da Educação a Portaria MEC nº. 554/2013, no intuito de regulamentar o processo de avaliação de desempenho para fins de avaliação e progressão no Plano de Carreira e Cargos de Magistério Federal das Instituições Federais de Ensino vinculadas Ministério da Educação, esta, igualmente, não extrapolou os ditames legais, de modo que não tratou de impor limites financeiros e funcionais à progressão diverso do já contido na lei, ou seja, desde a data do preenchimento dos requisitos legais. Observe-se:

(...)

Portanto, tal como se observa claramente tanto no texto da Lei, como no das aludidas Portarias do MEC, em momento algum houve limitação dos efeitos financeiros e funcionais à data da publicação da portaria de promoção/progressão. Ao contrário, há expressa disposição no sentido de a progressão deve observar o preenchimento dos requisitos legais, quais sejam: o cumprimento do interstício de 24 (vinte e quatro) meses e a aprovação em avaliação de desempenho.

Assim, uma vez preenchidos ambos os requisitos, faz jus o servidor à promoção/progressão funcional, desde a data do preenchimento dos requisitos, quando se iniciam os efeitos financeiros e funcionais, desde de que devidamente requeridos.

(...)

Diante desse contexto, tem-se que o direito é gerado na data em que implementados os requisitos para a progressão e promoção, ainda que o requerimento administrativo seja posterior. Nessa perspectiva, a progressão e a promoção funcionais, bem como os respectivos efeitos financeiros, devem retroagir à data em que implementados os pressupostos para tanto. O requerimento administrativo é indispensável para dar início ao procedimento administrativo, que não ocorre ex officio, mas não se configura automaticamente no termo inicial dos efeitos financeiros decorrentes da ascensão funcional.

Evidentemente inexigível, por razões lógicas, que a solicitação de progressão funcional tenha que ser realizada exatamente na mesma data em que preenchidos os pressupostos para a progressão funcional. Destarte, padece de ilegalidade o entendimento do IFSC, com base na Nota Técnica nº 33/2014/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP (cfe. evento 6, OFIC2), no sentido de que "... as normas pertinentes à progressão por titulação, quanto aos efeitos financeiros, passam a vigor a partir da portaria de concessão da progressão.", porquanto, como assinalado, a lei de regência não estabeleceu limites aos efeitos financeiros e administrativos da progressão, como pretende o IFSC, ao decidir limitar os efeitos financeiros e funcionais à data da publicação da portaria de promoção/progressão. (fls. 275-278)

Ademais, ainda que assim não fosse, a interpretação de

# *Superior Tribunal de Justiça*

dispositivos legais que exija o reexame dos elementos fático-probatórios não é viável em sede de recurso especial, em vista do óbice contido no enunciado n. 7 (*a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial*) da Súmula do STJ

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ não conheço dos recursos especiais.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de setembro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator

